



**BR ADVISORY PARTNERS PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03  
NIRE 35.300.366.727 | Código CVM: 25860  
Companhia Aberta

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

**DATA: 17 DE MARÇO DE 2023**

**HORÁRIO: 10:00 HORAS**

## ÍNDICE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO .....	1
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO .....	3
INFORMAÇÕES GERAIS .....	6
ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA .....	10
ANEXO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 .....	36
ANEXO III – INFORMAÇÕES DA SEÇÃO 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA .....	42

## BR ADVISORY PARTNERS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03  
NIRE 35.300.366.727 | Código CVM: 25860  
Companhia Aberta

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

#### A SER REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2023

Convocamos os senhores acionistas da **BR Advisory Partners Participações S.A.**, sociedade por ações aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3732, 28º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.366.727 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 10.739.356/0001-03, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 2586-0 (“**Companhia**”), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e dos artigos 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”), a se reunirem, **de modo exclusivamente presencial**, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 17 de março de 2023, às 10:00, na sede da Companhia (“**AGO**”), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo o relatório da administração, o relatório do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes; e
- (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e
- (iii) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023.

#### Instruções e Informações Gerais:

Observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, solicita-se aos acionistas que se fizerem representar por procuração a entrega na sede da Companhia de mandato e dos documentos que comprovam os poderes do respectivo representante legal, dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da AGO, isto é, até às 16:00 horas do dia 15 de março de 2023. Para participar da AGO, os acionistas deverão exibir documento de identidade/documentos societários e comprovante de titularidade das ações da Companhia emitido nos 5 (cinco) dias anteriores à data de realização da AGO pela instituição depositária, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para participação na AGO constam na Proposta da Administração disponibilizada pela Companhia nos endereços abaixo indicados. Por fim, recomendamos aos acionistas que cheguem ao local com 1 (uma) hora de antecedência, para o devido cadastramento e ingresso no local da AGO.

Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia,

qual seja o Itaú Corretora de Valores S.A., conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; ou (iii) preencher o boletim de voto à distância (“**Boletim de Voto**”) disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas na Proposta da Administração para a AGO. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, na Proposta da Administração e no Boletim de Voto.

Estão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (<https://ri.brpartners.com.br>), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), nos termos da Resolução CVM 81, a Proposta da Administração e demais documentos e informações relacionados às matérias constantes da ordem do dia da AGO.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.

**Jairo Eduardo Loureiro Filho**  
Presidente do Conselho de Administração

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados senhores,

O Conselho de Administração da **BR Advisory Partners Participações S.A.**, sociedade por ações aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3732, 28º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.366.727 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 10.739.356/0001-03, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 2586-0 (“**Companhia**”), submete à apreciação de seus acionistas a presente proposta da administração (“**Proposta da Administração**” ou “**Proposta**”) sobre as matérias que serão deliberadas na assembleia geral ordinária da Companhia (“**AGO**”), a ser realizada em 17 de março de 2023, às 10:00 horas, exclusivamente na forma presencial, a ser realizada na sede social da Companhia, conforme Edital de Convocação divulgado na presente data, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) **tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo o relatório da administração, o relatório do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes.**

A administração propõe a aprovação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, acompanhadas e do parecer dos auditores independentes, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 09 de fevereiro de 2023. Vale notar que KPMG Auditores Independentes Ltda. (“**Auditores Independentes**”), empresa especializada de auditoria independente da Companhia, emitiu parecer a respeito das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Ademais, a administração recomenda o exame detalhado das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, o relatório dos administradores, as notas explicativas e o parecer dos Auditores Independentes, os quais foram devidamente disponibilizados à consulta de V. Sas. nos websites da Companhia (<https://ri.brpartners.com.br>), da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e foram publicados, em 10 de fevereiro de 2023, no Jornal “O Estado de São Paulo”.

De acordo com o disposto no artigo 10, inciso III, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”), a Companhia informa aos acionistas que os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nos termos do item 2 do formulário de referência da Companhia (“**Formulário de Referência**”), estão previstos no **ANEXO I** desta Proposta.

- (ii) **deliberar sobre a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia teve lucro líquido de R\$147.100.502,45 (“**Lucro Líquido**”).

Nesse sentido, nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), a administração propõe a V.Sas. a aprovação da destinação do Lucro Líquido, conforme segue:

- (a) R\$7.355.025,12, correspondente a 5% do Lucro Líquido, à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações;
- (b) R\$34.936.369,33, correspondente a 25,0% do Lucro Líquido ajustado após a destinação para a reserva legal (“**Lucro Líquido Ajustado**”) ou 23,8% do Lucro Líquido, ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e artigo 32 do estatuto social da Companhia (“**Estatuto Social**”), os quais já foram antecipadamente distribuídos e pagos aos Srs. acionistas conforme declaração de dividendos intermediários referentes ao resultado líquido 1º semestre de 2022 no montante de R\$40.948.324,56, deliberada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião de 11 de agosto de 2023;
- (c) R\$37.510.666,43, correspondente a 26,8% do Lucro Líquido Ajustado ou 25,5% do Lucro Líquido, ao pagamento dos dividendos adicionais aos Srs. Acionistas. Deste montante, (a) R\$31.498.711,20, ou R\$0,10 por ação de emissão da Companhia ou R\$0,30 por Unit de emissão da Companhia, a serem pagos em até 30 dias a contar da AGO, e (b) R\$6.011.955,23 já foram antecipadamente declarados e pagos aos Srs. acionistas conforme declaração de dividendos intermediários referentes ao resultado líquido 1º semestre de 2022 no montante de R\$40.948.324,56, deliberada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião de 11 de agosto de 2023
- (d) R\$ 67.298.441,57, correspondente a 48,16% do Lucro Líquido Ajustado ou 45,75% do Lucro Líquido, à Reserva de Investimentos prevista no Parágrafo 2º do artigo 32 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e com o Parágrafo 1º do artigo 32 do Estatuto Social.

Adicionalmente, a Administração propõe a ratificação de dividendos adicionais distribuídos e pagos aos Srs. acionistas conforme declaração de dividendos intercalares à conta de Reserva de Investimento no montante de R\$18.899.226,72, deliberada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião de 10 de novembro de 2023, em conformidade com o artigo 204, § 2º da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 21, inciso (viii) e o artigo 32, parágrafo 2º do Estatuto Social.

Em atendimento ao artigo 10º, parágrafo único, inciso II da Resolução CVM 81, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social de 2022, na forma do Anexo A da Resolução CVM 81, encontra-se no **ANEXO II** a esta Proposta.

**(iii) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023.**

A administração propõe a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício social de 2023 no montante de até R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

A Companhia esclarece que o período a que se refere a presente proposta de remuneração é de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

Em atendimento ao artigo 13 da Resolução CVM 81, as informações sobre remuneração dos administradores indicadas no item 8 do Formulário de Referência encontram-se no **ANEXO III** a esta Proposta.

## **CONCLUSÕES**

Pelos motivos acima e em conformidade com a legislação societária aplicável, o estatuto social da Companhia e as disposições da presente Proposta da Administração, a administração da Companhia recomenda à V.Sas. a aprovação das matérias acima elencadas na AGO a ser realizada em 17 de março de 2023, bem como das demais matérias a ela relacionadas.

Por fim, a administração esclarece que esta Proposta da Administração se encontra disponível na sede social da Companhia, na página eletrônica da Companhia (<https://ri.brpartners.com.br>), da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)) na rede mundial de computadores.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.

Cordialmente,

**Jairo Eduardo Loureiro Filho**  
Presidente do Conselho de Administração

## INFORMAÇÕES GERAIS

### 1 Instalação da AGO

A Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 1/4 do capital social total com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, mediante a publicação de novo edital, instalar-se-á com qualquer número de acionistas presentes.

### 2 Orientações para participação dos acionistas na AGO

A participação dos acionistas na AGO poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) – em ambos os casos, presencialmente, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”) –, ou por meio dos mecanismos de votação à distância.

#### 2.1 Participação pessoalmente ou representado por procurador

A pessoa presente à AGO deverá provar a sua qualidade de acionista, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Desejando ser representado, o acionista deverá atender aos preceitos do artigo 126, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, exibindo os documentos apresentados a seguir. O acionista que porventura enviar Boletim de Voto também poderá, caso queira, participar da AGO presencialmente, desde que a solicitação seja realizada em observância aos procedimentos e aos prazos previstos presente proposta da administração para a AGO (“**Proposta da Administração**”). Nesse caso, se o acionista desejar votar nas matérias da AGO durante a sua respectiva participação presencial, **a Companhia esclarece que todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto identificado por meio do número de inscrição de tal acionista no cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ/MF) ou de pessoa física (CPF/MF), conforme o caso, serão desconsideradas**, nos termos do artigo 28, parágrafo 2º, inciso II, e do artigo 48, parágrafo 5º, inciso II, ambos da Resolução CVM 81.

Observados os procedimentos previstos no edital de convocação para a AGO (“**Edital de Convocação**”) e na presente Proposta da Administração, para participar e votar, presencialmente, o acionista deverá enviar à Companhia os documentos indicados no Edital de Convocação e na presente Proposta da Administração.

Para participar e votar, os senhores acionistas deverão comprovar a qualidade de detentores de ações emitidas pela Companhia, por meio dos seguintes documentos:

- (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, datado de, no máximo, 2 (dois) dias úteis antes da data de envio do documento para a Companhia;
- (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei (incluindo, mas sem se limitar, o artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações);

- (iii) cópia de documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável, em se tratando de pessoa física;
- (iv) cópia dos atos constitutivos atualizados e do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito da AGO, no caso de pessoa jurídica; e
- (v) cópia dos atos constitutivos atualizados do acionista e do seu respectivo administrador e/ou gestor (conforme o caso), bem como do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito da AGO, no caso de fundos de investimento.

A Companhia dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada dos documentos de representação do acionista, sendo, contudo, necessária a apresentação da tradução simples dos documentos que não tenham sido originalmente lavrados em português.

A Companhia solicita que os acionistas representados por procuradores enviem por correspondência à sede da Companhia ou por e-mail, com **antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis**, os documentos acima elencados, por e-mail (ri@brap.com.br), aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, tendo como assunto “BRAP – AGO 2023”.

A Companhia recomenda aos acionistas que cheguem ao local com 1 (uma) hora de antecedência, para o devido cadastramento e ingresso no local da AGO.

## 2.2 Participação mediante envio do Boletim de Voto

O boletim de voto à distância deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto a distância, nos termos da Resolução CVM 81 (“**Boletim de Voto**”). Nesse caso, é imprescindível que o boletim seja preenchido com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número de inscrição no cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato. Além disso, para que o Boletim de Voto seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados no quórum da AGO, as seguintes instruções deverão ser observadas: (i) os campos do boletim deverão estar devidamente preenchidos; e (ii) o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá(ão) assinar o Boletim de Voto.

Nesse caso, o acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por meio do envio do Boletim de Voto diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos por e-mail (ri@brap.com.br), aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, tendo como assunto “BRAP – AGO 2023” e assegurar que a Companhia os receba **até 7 (sete) dias antes da data da AGO**:

- (a) cópia do Boletim de Voto relativo à AGO devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (b) cópia autenticada dos seguintes documentos:
  - (i) **para pessoas físicas**: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do Acionista;

- (ii) **para pessoas jurídicas:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal e último estatuto ou contrato social consolidado em conjunto com os documentos societários que comprovem a representação legal do Acionista; e
- (iii) **para fundos de investimento:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal, último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação.

A Companhia, excepcionalmente para esta AGO, dispensará a apresentação dos originais, bem como o reconhecimento de firma dos Boletins de Voto assinados no território brasileiro e a notariação e apostilamento daqueles assinados fora do país, sendo, contudo, necessária a apresentação da tradução simples dos documentos que não tenham sido originalmente lavrados em língua diversa da portuguesa.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista ou à comprovação de sua representação não será considerado válido e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Resolução CVM 81.

A Companhia comunicará o acionista se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido, em até 3 dias úteis do recebimento dos documentos.

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas com instituições e/ou corretoras ("**Agentes de Custódia**") na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), caso estes prestem esse tipo de serviço. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelos Agentes de Custódia que mantém suas posições em custódia. O acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto ao Agente de Custódia com o qual mantém suas ações em custódia, observadas as regras determinadas por esses últimos, que, na sequência, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3. Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento deste Boletim de Voto é facultativo para os Agentes de Custódia, recomendamos que o acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

Os acionistas poderão também realizar a transmissão de suas instruções de voto ao escriturador das ações da Companhia, o Itaú Corretora de Valores S.A. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no seguinte endereço: <http://www.itaubr.com.br/securitieservices/assembleiadigital/>

O Boletim de Voto encontra-se disponível nos *websites* da Companhia (<https://ri.brpartners.com.br>), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

### **3 Informações Adicionais**

Adicionalmente, a Companhia ressalta que:

- (i) caso haja divergências entre eventual Boletim de Voto recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto coletada pelo agente escriturador (conforme constante no mapa de votação proveniente do escriturador), para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto do escriturador prevalecerá, de acordo com as disposições do §2º do art. 48 da Resolução CVM 81;
- (ii) conforme determinado pelo art. 44 da Resolução CVM 81, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ;
- (iii) encerrado o prazo de votação à distância, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas, salvo na AGO, presencialmente ou por procuração, mediante solicitação, explícita, de desconsideração das instruções de voto enviadas via Boletim de Voto, antes da colocação da(s) respectiva(s) matéria(s) em votação; e
- (iv) conforme previsto no art. 49 da Resolução CVM 81, as instruções de voto a distância serão consideradas normalmente na hipótese de eventual adiamento da AGO ou caso seja necessária à sua realização em segunda convocação, desde que o eventual adiamento ou realização em segunda convocação não ultrapassem 30 (trinta) dias da data inicialmente prevista para sua realização em primeira convocação.

**ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES  
SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA**

*(nos termos da seção 2 do Formulário de Referência, conforme  
Resolução CVM nº 80/21 e Resolução da CVM nº 81/22)*

## 2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

Os valores constantes neste item 2.1 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

### (a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A receita líquida de prestação de serviços totalizou R\$ 251.046 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, um aumento de 0,31% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no qual a receita líquida foi de R\$ 214.450 mil.

O resultado líquido de juros e ganhos/perdas em instrumentos financeiros totalizou R\$ 162.457 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 39,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no qual o resultado líquido foi de R\$ 116.771 mil.

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 147.101 mil um aumento de 6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no qual o lucro líquido foi de R\$ 138.660 mil.

O Patrimônio Líquido da Companhia totalizou R\$ 804.217 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 4,60% em relação a 31 de dezembro de 2021, no qual o Patrimônio Líquido foi de R\$ 767.206 mil.

O total de ativos da Companhia consolidado em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 7.871.055 mil, representando um crescimento de 158,23% em relação a 31 de dezembro de 2021, os quais foram de R\$ 3.047.981 mil.

No que se refere a capacidade da Companhia em honrar compromissos financeiros assumidos, cabe destacar que a Companhia tem os seguintes ativos de alta liquidez: (i) Caixa e Equivalentes de Caixa, que em 31 de dezembro de 2022 totalizavam R\$ 77.470 mil; (ii) Títulos Públicos, que totalizavam R\$ 5.727.370 mil na mesma data.

Além disso, no que se refere ao endividamento da Companhia no período, abaixo é demonstrado um indicador que ilustra baixos níveis de endividamento. O Índice de Endividamento considera o Total do Passivo da Companhia em razão do Patrimônio Líquido, e apontou 8,79x em 31 de dezembro de 2022 e 2,97x em 31 de dezembro de 2021. Já em relação à liquidez, a Liquidez Geral, que considera o Total do Ativo dividido pelo Total do Passivo da Companhia, foi de 1,11x em 31 de dezembro de 2022 e de 1,34x em 31 de dezembro de 2021. A administração acredita que o resultado auferido pelos indicadores abaixo mostram que a Companhia continuou com uma postura conservadora, prezando pela manutenção de um baixo endividamento, assim como saudáveis índices de liquidez.

Tipos de Indicadores	Métrica	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Indicadores de Endividamento	Total do Passivo (R\$ milhões)   (a)	7.067	2.280,8
	Patrimônio Líquido (R\$ milhões)   (b)	804	767,2

	<b>Índice de Endividamento (1)   (a/b)</b>	<b>8,79</b>	<b>2,97x</b>
Indicadores de Liquidez	Total do Ativo (R\$ milhões)   (c)	7.871	3.047,9
	Total do Passivo (R\$ milhões)   (d)	7.067	2.280,8
	<b>Liquidez Geral   (c/d)</b>	<b>1,11</b>	<b>1,34x</b>

**(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital**

Os Diretores da Companhia apresentam abaixo a composição da estrutura de capital da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

- Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital da Companhia era composta de 10% de capital próprio e 90% de capital de terceiros.
- Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura de capital da Companhia era composta de 25% de capital próprio e 75% de capital de terceiros.

Os Diretores acrescentam que a Companhia não possui ações resgatáveis emitidas.

A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem um retorno aos seus acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

**(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Os Diretores acreditam que a Companhia apresenta condição plena de honrar seus compromissos financeiros. A tabela abaixo evidencia o Lucro Líquido reportado pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 2022 e 2021.

Condições Financeiras e Patrimoniais (R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Lucro Líquido	147,1	138,7

**(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais, em captação de Certificados de Depósitos Bancários, Certificados de Depósitos Interfinanceiros, Letras de Crédito Imobiliário e operações compromissadas com compromisso de recompra, conforme apresentado a seguir:

(R\$ milhares)	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Captações total	6.740.357	1.959.050
Recursos de operações compromissadas	4.983.415	1.228.129
Recursos de clientes	1.297.012	671.744
Recursos de emissão de títulos	459.930	59.177

**(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende continuar utilizando financiamentos ou captar recursos junto a instituições financeiras mais a geração de caixa operacional da Companhia.

**(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

**(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía contratos de empréstimo e financiamentos nos três últimos exercícios sociais.

**(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras nos três últimos exercícios sociais.

**(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía contratos de empréstimo e financiamentos nos três últimos exercícios sociais.

**(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía contratos de empréstimo e financiamentos nos três últimos exercícios sociais.

**(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento ou empréstimo nos três últimos exercícios sociais.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**

A seguir, são apresentados os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

**ANÁLISE COMPARATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(em R\$ mil)	2022	%AV*	2021	%AV*	AH(%)	AH(R\$)
Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros	3.427.169	-	2.063.752	-	66,1%	1.363.417
Despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros	(3.264.169)	-	(1.946.981)	-	67,7%	(1.317.731)
<b>Resultado líquido de juros e ganhos/perdas em instrumentos financeiros</b>	<b>162.457</b>	<b>39,3%</b>	<b>116.771</b>	<b>35,3%</b>	<b>39,1%</b>	<b>45.686</b>
Receitas de prestação de serviços	251.046	-	226.593262.400	-	-4,3%	(11.354)
Despesas de serviços técnicos especializados	-	-	(12.537)	-	-100%	12.537
Outras receitas	-	-	394	-	-100%	(394)
<b>Total de receitas de prestação de serviços</b>	<b>251.046</b>	<b>60,7%</b>	<b>250.257</b>	<b>64,7%</b>	<b>0,3%</b>	<b>789</b>
<b>Total de Receitas</b>	<b>413.503</b>	<b>100%</b>	<b>367.028</b>	<b>100%</b>	<b>12,7%</b>	<b>46.675</b>
Despesa de pessoal	(85.278)	-20,6%	(84.283)	-25,4%	1,2%	(995)
Despesas administrativas	(53.728)	-13%	(24.431)	-7,3%	120,7%	(29.387)
Despesas tributárias	(39.049)	-9,4%	-(38.408)	-	1,7%	(641)
Reversão (Perda) por redução ao valor recuperável	249	0,06%	76	0,02%	227,6%	173
Outras receitas	833	0,2%	-	-	-	833
Outras despesas	(3.158)	-0,08%	(3.7131.112)	-1,1%	184%	(2.046)
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(180.131)</b>	<b>-43,6%</b>	<b>112.261</b>	<b>-33,9%</b>	<b>21,7%</b>	<b>(32.063)</b>
Resultado não operacional	(1.152)	-0,28%	107	0,03%	-1176%	(1.259)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro e resultados de equivalência patrimonial</b>	<b>232.220</b>	<b>56,2%</b>	<b>219.067</b>	<b>66,1%</b>	<b>6%</b>	<b>13.153</b>
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>232.220</b>	<b>56,2%</b>	<b>219.067</b>	<b>66,1%</b>	<b>6%</b>	<b>13.153</b>
Tributos sobre lucros	(85.119)	-20,6%	(80.407)	-24,3%	5,9%	(4.712)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>147.101</b>	<b>35,6%</b>	<b>138.660</b>	<b>41,9%</b>	<b>6,1%</b>	<b>8.441</b>

\*%AV representa o valor da rubrica em questão dividida pelo valor da rubrica de "Total de Receitas".

**Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros**

As receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 3.427.169 mil, o que representa um aumento de R\$ 1.363.417 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 no qual as receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros foram de R\$2.063.752 mil. Esse aumento é explicado principalmente pelas receitas maiores de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado em R\$ 372.031 mil (R\$ 663.813 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra R\$ 291.782 mil do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021) e também pelo aumento de receitas com derivativos em R\$ 928.055 mil (R\$ 2.625.188 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra R\$ 1.697.133 mil do exercício

social encerrado em 31 de dezembro de 2021), decorrente de variação de mercado sobre a carteira de derivativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

#### **Despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros**

As despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros aumentaram R\$ 1.317.731 mil, atingindo R\$ 3.264.169 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra R\$ 1.946.981 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento é atribuído principalmente ao aumento de despesas de operações com derivativos em R\$ 721.200 mil (R\$2.534.052 mil do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 1.812.852 do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021), decorrente de variação de mercado sobre a carteira de derivativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

#### **Resultado líquido de juros e ganhos / perdas em instrumentos financeiros**

O resultado líquido de juros e de instrumentos financeiros aumentou R\$ 45.686 mil, atingindo R\$ 162.457 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra R\$ 116.771 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Este resultado foi impactado positivamente pelo crescimento do resultado de fianças e carteira de títulos privados e públicos.

#### **Receita de Prestação de Serviços**

A receita de prestação de serviços reduziu R\$ 11.354 mil, atingindo uma receita de R\$ 251.046 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra uma receita de R\$ 262.400 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa redução deve-se aos negócios do setor de fusões e aquisições, assessoria a conselhos, privatizações, entre outros.

A tabela abaixo demonstra a composição das receitas decorrentes de serviços prestados nos períodos indicados:

	2022	%AV*	2021	%AV*	% AH	%R\$
Assessoria e consultoria financeira	206.173	82%	231.468	88,2%	-11%	-25.295
Comissão e intermediação de Títulos	39.221	15%	23.930	9,1%	64%	15.291
Taxa de gestão de fundos	5.415	2,1%	3.077	1,2%	76%	2.338
Intermediação de negócios	237	0,9%	3.925	1,5%	-93%	-3.688
Total	251.046	100%	262.400	100%	-4%	-11.354

\*%AV representa o valor da rubrica em questão dividida pelo valor da rubrica de "Total".

#### **Total de receitas de prestação de serviços**

O total de receitas de prestação de serviços reduziu R\$ 11.354 mil, atingindo R\$ 251.046 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra R\$ 262.400 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa redução é explicada principalmente por um menor volume de transações de fusões e aquisições, assessoria a conselhos, privatizações, entre outros.

#### **Despesas de Pessoal**

As despesas de pessoal aumentaram R\$ 995 mil, atingindo R\$ 85.278 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra R\$ 84.283 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A variação foi devido a aumento no quadro de funcionários.

### **Despesas Administrativas**

As despesas administrativas aumentaram R\$ 29.387 mil, atingindo R\$ 53.728 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra R\$24.341 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento refere-se, substancialmente, a contratação de serviços de terceiros relacionados a tecnologia e infraestrutura de negócios.

### **Despesas operacionais**

As despesas operacionais aumentaram R\$32.063 mil, atingindo R\$ 180.131 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra R\$ 148.068 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento deve-se aos motivos acima descritos.

### **Resultado antes dos tributos sobre o lucro e resultados de equivalência patrimonial**

O resultado antes dos tributos sobre o lucro e os resultados de equivalência patrimonial, aumentou R\$ 13.153 mil, atingindo R\$ 232.220 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra R\$ 219.067 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento deve-se ao bom desempenho operacional conforme fatores acima descritos.

### **Tributos sobre os lucros**

Os tributos sobre os lucros, aumentaram R\$ 4.712 mil, atingindo R\$ 85.119 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra R\$ 80.407 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento deve-se principalmente ao aumento do resultado operacional e do lucro tributável.

### **Lucro Líquido**

O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 147.101 mil, representando um aumento de 6,08% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando se verificou um lucro líquido de R\$138.660 mil. Essa variação ocorreu devido aos fatores acima descritos.

### **DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA**

A seguir, são apresentados os fluxos de caixa da Companhia, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

### **COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021.**

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em		AH(%)
	2022	2021	
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	155.301	(263.481)	-159%
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimentos	(55.646)	(3.803)	1.363%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos	(113.447)	333.206	-134%

### **Atividades operacionais**

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais foi positivo em R\$ 155.301 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 em que o fluxo de caixa operacional era negativo em R\$ 263.481 mil.

Essa variação ocorreu principalmente pelo aumento dos ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (títulos públicos, privados e cotas de investimento) e instrumentos financeiros derivativos.

#### **Atividades de investimentos**

O caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimentos apresentou um aumento de 1363% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, passando de R\$3.803 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$55.646 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu pela aquisição de imobilizado de uso e intangíveis no período.

#### **Atividades de financiamentos**

O caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamentos apresentou uma variação negativa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, passando de R\$333.206 mil gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$113.447 mil utilizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu principalmente pelo pagamento de dividendos no exercício.

## 2.2 - Resultado operacional e financeiro

### (a) resultados das operações da Companhia

#### (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia acredita num modelo conhecido como “*Financial Deepening*”, que se resume à desintermediação financeira do mercado corporativo brasileiro, através da excelência da prestação de serviços de assessoria financeira para emissão e colocação de dívidas no mercado primário e secundário, realização de transações financeiras e serviços de suporte à gestão de recursos de clientes. Os serviços derivados da desintermediação financeira encontraram um terreno fértil no Brasil, principalmente a partir de 2016, com o início do ciclo de queda da taxa de juros SELIC. Por mais que as taxas de juros tenham voltado a subir atingindo o patamar de 13,75% a.a. em agosto de 2022, a companhia buscou oportunidades que lhe permitiu manter um alto ritmo de emissões de dívida no ano. Além disso, a redução do balanço do principal banco público de desenvolvimento (BNDES) e uma sofisticação do mercado de capitais, com novas empresas acessando novos produtos, também fomentaram o crescimento do mercado de capitais brasileiro.

Nesse sentido, a Companhia vislumbra um grande mercado potencial de atuação no Brasil e, recorrentemente, ao longo de sua história, tem conseguido ampliar a sua participação de mercado, criando uma forte base de relacionamento com grandes clientes e, conseqüentemente, apresentando crescimento recorrentes em suas receitas.

Um dos grandes diferenciais da Companhia é o fato de ser um assessor independente, sem conflito de interesses, buscando entender e atender a real necessidade do cliente com isenção de conflitos e interesses específicos.

Abaixo, a Companhia apresenta as principais linhas de receitas da Companhia compostas por suas quatro grandes linhas de negócio bem como do resultado da conta de Capital e Outros:

**Investment Banking:** nessa área, a Companhia presta serviços de assessoria financeira a grandes empresas, como fusões & aquisições, reestruturações societárias e de dívida, privatizações, parcerias estratégicas, captação de recursos e assessoria a Conselhos de Administração e Acionistas. A Companhia tem vasta experiência na execução de transações de alta complexidade, como também em privatizações e mandatos de reestruturação. É importante mencionar que a Companhia exerceu posição de liderança como *Investment Banking* no mercado brasileiro em 2019 e 2020 e seguiu entre as 5 principais assessorias financeiras do país.

<b>Investment Banking</b> (Em milhares de reais)	<b>Exercício social</b> <b>encerrado em 31/12/2022</b>	<b>Exercício social</b> <b>encerrado em 31/12/2021</b>
Total de receitas	159.603	183.575

**Crédito Estruturado e Mercado de Capitais:** área que tem como objetivo fomentar a desintermediação financeira a seus clientes, apurando suas receitas na forma de: (i) serviços, através da originação, estruturação e distribuição de dívidas, a exemplo de debêntures, notas promissórias, CRIs e CRAs (Certificado de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio), estruturação e distribuição de fundos imobiliários, entre outros produtos; e (ii) resultado financeiro, que inclui a rentabilidade sobre o capital que está investido em títulos e valores mobiliários corporativos, bem como em eventuais operações de crédito. A Companhia possui forte presença no setor imobiliário, ficando em segundo lugar no ranking de distribuição de CRIs

pela ANBIMA e conquistando o terceiro lugar em originação de FIs, também pelo ranking ANBIMA divulgado em novembro de 2022.

<b>Crédito Estruturado e Mercado de Capitais</b> <i>(Em milhares de reais)</i>	<b>Exercício social encerrado em 31/12/2022</b>	<b>Exercício social encerrado em 31/12/2021</b>
Total de Receitas	96.551	91.449

**Treasury Sales & Structuring:** área que presta suporte financeiro a base de clientes da Companhia, inclusive com grande sinergia em atender os clientes do Banco de Investimentos e Crédito Estruturado e Mercado de Capitais. Na tesouraria, a Companhia busca identificar oportunidades de negócios através de um contato próximo a seus clientes, oferecendo serviços que facilitem a gestão de recursos (ativos e passivos) e reduzam o risco de execução dos negócios dos clientes. Os produtos mais ocorrentes são derivativos de juros, moedas e commodities. Importante ressaltar que a tesouraria é focada na execução de serviços a clientes, sem possuir uma mesa de negociação proprietária e com riscos de exposições muito limitados.

<b>Treasury Sales &amp; Structuring</b> <i>(Em milhares de reais)</i>	<b>Exercício social encerrado em 31/12/2022</b>	<b>Exercício social encerrado em 31/12/2021</b>
Total de receitas	62.606	52.540

**Investimentos:** área que é responsável pela identificação de oportunidades de investimentos ilíquidos com preferência para ativos que possam servir de plataforma de aquisição, que tenham perfil de receitas recorrentes e potencial de crescimento na economia brasileira. Atualmente, as principais teses desenvolvidas são o investimento no mercado de shoppings *outlets* no Brasil e o investimento na maior rede varejista Petshops do interior de São Paulo. A Companhia, através de seus fundos, possui participação societária em 4 shoppings outlets e na rede de Petshops, sendo que a maior parte do montante investido vem de recursos de terceiros. A receita abaixo apresentada é referente aos *fees* de gestão do FIP Outlet e do FIP Pet.

<b>Investimentos</b> <i>(Em milhares de reais)</i>	<b>Exercício social encerrado em 31/12/2022</b>	<b>Exercício social encerrado em 31/12/2021</b>
Total de receitas	5.508	6.858

**Outras Receitas:** incluem os juros sobre o capital próprio, que é o custo interno de oportunidade para remuneração do patrimônio líquido, normalmente determinado com base no CDI e as receitas de marcação a mercado do FIP Outlet. Os juros sobre o capital próprio são deduzidos como custos de captação diretamente das respectivas receitas das unidades de negócios de Mercado de Capitais e Crédito Estruturado, *Treasury Sales & Structuring* e Investimentos, as quais podem utilizar esse capital. Por sua vez, essas áreas apresentam seus resultados líquidos dos juros do capital. Além disso, parte do capital pode ser alocado para custear a compra de títulos e valores mobiliários corporativos pela área de Crédito Estruturado e Mercado de Capitais, que remunera o capital a CDI.

<b>Remuneração do Capital</b> <i>(Em milhares de reais)</i>	<b>Exercício social encerrado em 31/12/2022</b>	<b>Exercício social encerrado em 31/12/2021</b>
Total de receitas	89.241	32.550

O quadro abaixo resume o total de receitas da Companhia, por linha de negócio:

<b>Consolidado</b> <i>(Em milhares de reais)</i>	<b>Exercício social encerrado em 31/12/2022</b>	<b>Exercício social encerrado em 31/12/2021</b>
<i>Investment Banking</i>	159.603	183.575
Crédito Estruturado e Mercado de Capitais	96.551	91.449
<i>Treasury Sales &amp; Structuring</i>	62.606	52.540
Investimentos	5.508	6.858
Remuneração do Capital	89.241	32.550
<b>Total de Receitas</b>	<b>413.509</b>	<b>366.972</b>

A Companhia registrou total de receitas de R\$ 413.509 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 366.972 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 46.509 mil, equivalente a um crescimento de 13% comparado ao mesmo período do ano anterior. O crescimento decorre principalmente do forte desempenho das áreas de Crédito Estruturado e Mercado de Capitais, Sales & Trading e pela maior contribuição da linha de Remuneração do Capital levando em comparação ao aumento do Patrimônio Líquido médio anual de 2022 em relação a 2023, assim como, a SELIC média do período.

A Companhia registrou total de receitas de R\$ 413.509 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 366.972 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 46.537 mil, equivalente a um crescimento de 13% comparado ao mesmo período do ano anterior. O crescimento decorre principalmente do (i) aumento do resultado líquido de juros e ganhos / perdas em instrumentos financeiros no total de R\$ 45.686 mil, representando um aumento de 39,1% comparado ao mesmo período do ano anterior. Este aumento foi principalmente atribuído ao (i) aumento do resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros referentes à linha de negócios de Treasury Sales & Structuring que cresceu R\$ 9.936 milhões o que representa um crescimento de 19% em relação a 2021, (ii) maior receita instrumentos financeiros referentes à linha de negócios de Remuneração do Capital que cresceu R\$ 56.691 milhões o que representa um crescimento de 174% em relação a 2021. Esse crescimento é fruto do aumento do patrimônio líquido médio e da elevação da Taxa Selic do período.

Para informações adicionais sobre os segmentos operacionais da Companhia, veja os itens 1.3 e 1.4 deste Formulário de Referência.

**(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Não ocorreram fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

**(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

A Companhia, através da estratégia comentada no item anterior, de buscar a desintermediação financeira de produtos e serviços junto a seus clientes, tem conseguido ampliar o volume e quantidade de operações em suas principais linhas de negócios, como pode ser observado

abaixo, sem grandes impactos em relação à oscilação da inflação, câmbio e introdução de novos produtos e serviços.

<b>Investment Banking<sup>1</sup></b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
# Transações	18	21
Volume de Transações (R\$ bilhões)	9,40	87,87
<b>Crédito Estruturado e Mercado de Capitais</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
# Transações	43	29
Volume de Transações (R\$ milhões)	5,651	4.109
<b>Treasury Sales &amp; Structuring</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Volume de Operações (R\$ bilhões)	22,3	23,4
<b>Investimentos</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Ativos sob gestão FIPs (Outlet e Pet) (R\$ mm)	377,3	360,5

**(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante**

Nos últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve mudanças significativas no comportamento da receita da Companhia, provocado por oscilações da inflação da economia brasileira como também no preço dos serviços oferecidos aos clientes da Companhia. Entretanto, a queda da taxa de juros SELIC entre 2016 e 2020, que migrou de um patamar de 14,25% em 2016 chegando a atingir 2,00% em 2020 foi fundamental para estimular o mercado de assessoria financeira, onde a Companhia está inserida, e possibilitar a expansão da desintermediação financeira a seus clientes, gerando um impacto positivo no resultado financeiro da Companhia, via receitas de prestação de serviços, conforme ilustrado no item 2.1 e 2.2.(a) deste Formulário de Referência. A recente aceleração da taxa de juros Selic pode impactar o ritmo das estruturações de dívida no mercado de capitais, uma vez que a captação de recursos se torna mais cara. Por outro lado, a elevação da taxa de juros pode fortalecer a demanda de investidores por produtos de renda fixa. Por fim, o BR Partners tem conseguido manter um ritmo de originações saudável, e o capital levantado no IPO pode ajudar a enfrentar um ambiente macroeconômico mais desafiador, uma vez que a Cia está entrando em novos produtos (CRA, debêntures de infraestrutura), que exigem garantia firme, portanto, capital, diversificando assim a sua atuação no mercado de capitais. Além disso, as oscilações na taxa de câmbio são propícias à manutenção de receitas sólidas na linha de negócios de *Treasury Sales & Structuring*, já que os clientes da Companhia buscam defender seus balanços com base em produtos de derivativos de moedas e operações de hedge a fim de mitigar o risco de descasamento entre passivos e ativos.

Em se tratando do passivo da Companhia, conforme exposto no item 2.1 deste Formulário de Referência, a Companhia possui alta liquidez e baixa alavancagem, tendo o seu patrimônio líquido como principal componente de seus passivos. Portanto, oscilações abruptas nas taxas de juros e câmbio podem reproduzir um efeito muito limitado nos resultados financeiros da Companhia.

---

<sup>1</sup> Conforme Thomson.

## 2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### (a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

No exercício de 2022, a Administração do Grupo revisou a estrutura da Demonstração de Resultados, de modo a otimizá-la aos usuários das demonstrações financeiras, no que tange a apresentação das receitas/(despesas) das entidades que integram o Grupo.

Foram realocadas as despesas tributárias (PIS, COFINS e ISS), anteriormente deduzidas das "Receitas de prestação de serviços", para uma rubrica específica denominada "Despesas Tributárias". Com as referidas alterações, os saldos comparativos relativos ao exercício de 2021 foram reapresentados, conforme abaixo:

#### (i) Demonstrações do resultado

#### Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Consolidado	Impactos da reclassificação		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receitas de prestação de serviços	226.593	35.807	262.400
Despesas tributárias	-	(38.408)	(38.408)
Outras despesas <sup>(1)</sup>	(3.713)	2.601	(1.112)

(1) A reclassificação foi referente ao PIS/COFINS da receita de capital antes classificada na rubrica de "Outras despesas" e atualmente reclassificado para rubrica "Despesas Tributárias".

Não há nenhum impacto sobre o lucro líquido por ação básico ou diluído do Grupo e nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

### (b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não aplicável, tendo em vista que não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres de auditoria do auditor independente da Companhia constantes das demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

## **2.4. Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras**

### **(a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

### **(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, a constituição, aquisição ou alienação de participação societária na Companhia.

### **(c) eventos ou operações não usuais**

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

## 2.5. Medições não contábeis

### (a) informar o valor das medições não contábeis

#### Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE):

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, calculamos o ROE como lucro líquido do ano dividido pelo nosso patrimônio líquido médio do ano, expresso como uma porcentagem. Calculamos o patrimônio líquido médio, por sua vez, como a soma do patrimônio líquido do final do ano mais o patrimônio líquido do final do ano anterior dividido por dois.

Seguem abaixo os valores do ROE nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

<i>Medições não contábeis</i>	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>ROE (%)</b>	18,7	26,1

#### Índice de Eficiência:

O Índice de Eficiência é uma medição não contábil utilizada pela Companhia e consiste no resultado da divisão entre a soma (i) das Despesas de Pessoal; (ii) das Despesas Administrativas pela soma do (iii) Total de Receitas da Companhia; (iv) Despesas Tributárias; (v) Outras Despesas. A Companhia destaca que o Índice de Eficiência não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Seguem abaixo os valores do Índice de Eficiência nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

<i>Medições não contábeis</i>	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Índice de Eficiência (%)</b>	37,3	33,2

#### Índice de Remuneração:

O Índice de Remuneração é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde a razão entre as Despesas de Pessoal e o Total de Receitas da Companhia. É importante ressaltar que o Índice de Remuneração não contempla os dividendos pagos aos Sócios-Administradores.

Seguem abaixo os valores do Índice de Remuneração nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

<i>Medições não contábeis</i>	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:</b>
-------------------------------	---

	2021	2021
<b>Índice de Remuneração (%)</b>	20,6	23,0

**Margem Líquida:**

A Margem Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste na divisão do lucro líquido pelo Total de Receitas da Companhia. A Companhia destaca que a Margem Líquida não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Seguem abaixo os valores da Margem Líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

<i>Medições não contábeis</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:	
	2022	2021
<b>Margem Líquida (%)</b>	35,6	37,8

**(b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

**Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE):**

<i>R\$ milhões</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:	
	2022	2021
Lucro Líquido (R\$ milhões)   (a)	147,1	138,7
Patrimônio Líquido Médio (R\$ milhões)   (b)	785,7	530,5
<b>ROE (%)   (a/b)</b>	<b>18,7</b>	<b>26,1</b>

**Índice de Eficiência:**

<i>R\$ milhões</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:	
	2022	2021
Despesas de Pessoal   (a)	(85,3)	(84,3)
Despesas Administrativas*   (b)	(53,7)	(24,3)
Total de Receitas (c)	413,5	367,0
Despesas Tributárias (d)	(39,0)	(38,4)
Outras Despesas (e)	(2,1)	(1,0)
<b>Índice de Eficiência (%)   ((a+b)/(c+d+e))*-1</b>	<b>37,3</b>	<b>33,2</b>

\*Despesas Administrativas representa a soma das Despesas Administrativas e da Reversão de Despesas Administrativas

**Índice de Remuneração:**

<i>R\$ milhões</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:	
	2022	2021
Despesas de pessoal   (a)	(85,3)	(84,3)
Total de Receitas (b)	413,5	367,0
<b>Índice de Remuneração (%)   (a/b)</b>	<b>20,6</b>	<b>23,0</b>

**Margem Líquida:**

<i>R\$ milhões</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:	
	2021	2021
Lucro Líquido   (a)	138,7	138,7
Total de Receitas (b)	331,2	367,0
<b>Margem Líquida (%)   (a/b)</b>	<b>35,6</b>	<b>37,8</b>

**(c) motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

**Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE):**

A Companhia entende que o ROE é um indicador amplamente utilizado por analistas e investidores da indústria financeira, sendo um indicador da rentabilidade da Companhia em determinado período, uma vez que apura o percentual de retorno (lucro) em relação ao capital próprio da Companhia em determinado período.

**Índice de Eficiência:**

O Índice de Eficiência é um indicador utilizado por analistas e investidores da indústria financeira e pela administração que indica o quão eficiente a Companhia é em relação à sua geração de receitas e manutenção das despesas. Desta forma, quanto menor o *ratio*, melhor o indicador, já que quanto mais receita a Companhia é capaz de gerar a um menor custo, melhor a sua eficiência.

**Índice de Remuneração:**

O Índice de Remuneração é uma medida muito utilizada por investidores, analistas e pela administração para empresas focadas em serviços de assessoria financeira, como no caso de controladas da Companhia. Geralmente, empresas do setor costumam pagar remunerações mais elevadas em função da receita gerada por determinadas áreas ou pessoas. Esse índice permite que o investidor acompanhe se o percentual dos salários dos administradores, em função da receita gerada, é ou não desproporcional

**Margem Líquida:**

A Companhia acredita que a margem líquida é uma medição não contábil adequada uma vez que indica o grau de eficiência da Companhia, ao comparar o lucro líquido contábil em função do Total de Receitas, evidenciando o percentual do total de receitas que resultou em lucro líquido.

## **2.6. Eventos subsequentes às demonstrações financeiras**

Os Diretores da Companhia informam que não houve eventos subsequentes às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social.

## 2.7. Destinação dos resultados

	2022
<b>a. regras sobre retenção de lucros</b>	<p>Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, uma reserva estatutária de investimentos destinada a prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros aos acionistas ou suas antecipações</p>
<b>b. regras sobre distribuição de dividendos</b>	<p>Em 31 de dezembro de 2022, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 0,1% do Lucro Líquido Ajustado.</p> <p>Considera-se Lucro Líquido Ajustado, aquele definido no Artigo 191 da Lei das S.A., diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do Artigo 202 da Lei das S.A. e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.</p>
<b>c. periodicidade das distribuições de dividendos</b>	<p>Em 31 de dezembro de 2022, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos.</p> <p>Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, trimestralmente ou em períodos mais longos, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.</p>
<b>d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	<p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p>

	<b>2022</b>
<b>e. política de destinação de resultados</b>	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados. A deliberação social a respeito da distribuição de dividendos referente a este exercício foi aprovada por unanimidade pelos acionistas da Companhia.

## **2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

**(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

**(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

**(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

**(iv) contratos de construção não terminada**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

**(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

**(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

## **2.9- Comentários sobre tens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

## **2.10. Plano de negócios**

### **(a) investimentos**

#### **(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Os principais investimentos de capital (aquisição de imobilizado de uso e de intangíveis) da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram de R\$23,193 mil (valor não inclui R\$32.453 mil refere-se à adequação à norma IFRS 16) e R\$3.972 mil, respectivamente.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os gastos foram relacionados a investimentos em instalações 19,3%, software 0,0%, Outros Intangíveis (Plataforma Digital) 43,0% e benfeitorias em imóveis de terceiros 37,7%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, os gastos foram relacionados a investimentos em instalações 5,5%, software 7%, hardware 60,9% e benfeitorias em imóveis de terceiros 26,7%.

#### **(ii) fontes de financiamento dos investimentos**

A Companhia conta com o capital próprio para o financiamento de investimentos, bem como o capital de terceiros

#### **(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de negócios, tampouco desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos

### **(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

### **(c) novos produtos e serviços, indicando:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

#### **(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

#### **(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

#### **(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

#### **(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

**(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

A companhia possui um time na área de Mercado de Capitais que possui toda a expertise para estruturar dívidas com viés ASG. Sendo assim, buscamos sempre ter um diálogo constante com seus clientes para que estes, em caso de adequação do perfil, possam obter o certificado *Greenbond*. Além disso, na área de Investment Banking buscamos atuar assessorando empresas que estejam participando de transações com impacto sustentável.

## **2.11- Outros fatores com influência relevante**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 2.

## ANEXO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(nos termos do Anexo A da Resolução da CVM nº 81/22)

### 1 Informar o lucro líquido do exercício

A Companhia auferiu lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 147.100.502,45 (“**Lucro Líquido**”).

### 2 Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global dos dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 proposto pela administração da Companhia é de **R\$91.346.262,28**, ou R\$0,29 por ação de emissão da Companhia ou R\$0,87 por Unit. Este montante compreende (a) os dividendos mínimos obrigatórios de 25% do Lucro Líquido ajustado após a destinação para a reserva legal (“**Lucro Líquido Ajustado**”) ou 23,8% do Lucro Líquido, no valor de R\$34.936.369,33, (b) dividendos adicionais de 26,8% do Lucro Líquido Ajustado ou 25,5% do Lucro Líquido, no valor de R\$ 37.510.666,23, e (c) dividendos adicionais à conta de Reserva de Investimento no valor de R\$18.899.226,72, conforme abaixo:

Descrição	Data de Pagamento	Montante	Valor por Ação	Valor por Unit	% Lucro Líquido	% Lucro Líquido Ajustado
Dividendos intermediários (RCA de 11/08/2022)	25/08/2022	R\$40.948.324,56	R\$0,13	R\$0,39	27,8%	29,3%
<i>Dividendos mínimos obrigatórios</i>	25/08/2022	<i>R\$34.936.369,33</i>	<i>R\$0,11</i>	<i>R\$0,33</i>	25,5%	25,0%
<i>Dividendos adicionais</i>	25/08/2022	<i>R\$6.011.955,23</i>	<i>R\$0,02</i>	<i>R\$0,36</i>	4,1%	4,3%
Dividendos intercalares adicionais à conta de reserva (RCA de 10/11/2022)	10/11/2022	R\$18.899.226,72	0,06	R\$0,18	12,8%	13,5%
Dividendos Adicionais (AGO 2023)	Até 30 dias após a AGO	R\$31.498.711,20	R\$0,10	R\$0,30	21,4%	22,5%
<b>Total de Dividendos 2022</b>	-	<b>R\$91.346.262,28</b>	<b>R\$0,29</b>	<b>R\$0,87</b>	<b>62,1%</b>	<b>65,4%</b>

### 3 Percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Os dividendos declarados e propostos referentes ao resultado do exercício social de 2022, no montante de **R\$72.447.035,56**, incluem (a) dividendos intermediários pagos antecipadamente, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R\$40.948.324,56; e (b) dividendos adicionais propostos a serem deliberados pela AGO no valor de R\$31.498.711,00, correspondem a 51,8% do Lucro Líquido Ajustado ou 49,3% do Lucro Líquido.

**4 Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Os dividendos declarados e pagos à conta de Reserva de Investimento constituída em exercícios anteriores, no montante de **R\$18.899.226,72**, já distribuídos e pagos como os dividendos intercalares e adicionais ao mínimo obrigatório, correspondem a R\$0,06 por ação de emissão da Companhia ou R\$0,18 por Unit.

**5 Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**(a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Dividendos	Valor por Ação Preferencial ou Ordinária	Valor por Unit
Dividendos mínimos obrigatórios	N/A. Dividendos mínimos integralmente antecipados	N/A. Dividendos mínimos integralmente antecipados
Dividendos adicionais	R\$0,10	R\$0,30

**(b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

A administração propõe que os dividendos adicionais a serem deliberados pela AGO sejam pagos em até 30 (trinta) dias a contar da data de realização da AGO, à vista por meio de crédito em conta corrente.

**(c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente.

**(d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Farão jus aos dividendos adicionais a serem deliberados na AGO os acionistas da Companhia registrados como tal em 23 de março de 2023, inclusive.

**6 Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:**

**(a) informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados;**

Descrição	Montante	Valor por Ação Ordinária	Valor por Ação Preferencial	Valor por Unit
Dividendos intermediários referentes ao lucro do 1º semestre do exercício social de	R\$40.948.324,56	R\$0,13	R\$0,13	R\$0,39

2022, deliberados pelo Conselho de Administração em 11.08.2022				
Dividendos intercalares à conta de reserva de lucros, deliberados pelo Conselho de Administração em 10.11.2022	R\$18.899.226,72	R\$0,06	R\$0,06	R\$0,18

**(b) informar a data dos respectivos pagamentos**

1. R\$40.948.324,56 referentes aos dividendos intermediários deliberados pelo Conselho de Administração em 11 de agosto de 2022 foram pagos em 26 de agosto de 2022, com base no lucro líquido acumulado do exercício, conforme apurado no balanço semestral de 30 de junho de 2022.

2. R\$18.899.226,72 referentes aos dividendos intercalares deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de novembro de 2022 foram pagos em 30 de novembro de 2022, com base no saldo da Reserva de Investimento, conforme apurado no balanço semestral de 30 de junho de 2022.

**7 Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe**

**(a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2022	2021	2020	2019
Lucro (prejuízo) por ação ordinária	0,47	0,44	0,30	0,40
Lucro (prejuízo) por ação preferencial	0,47	0,44	0,41	0,19
Lucro (prejuízo) por Unit	1,41	1,32	-	-

**(b) dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2022	2021	2020	2019
Dividendos e juros sobre capital próprio por ação ordinária <sup>(*)</sup>	0,29	0,27	0,43	0,50
Dividendos e juros sobre capital próprio por ação preferencial <sup>(*)</sup>	0,29	0,27	0,43	0,50

Dividendos e juros sobre capital próprio por Unit <sup>(*)</sup>	0,87	0,81	-	-
--	------	------	---	---

(\*) Considera o valor bruto declarado de juros sobre capital próprio, se aplicável.

## 8 Havendo destinação de lucros à reserva legal:

### (a) Identificar o montante destinado a reserva legal

A administração da Companhia propõe a destinação de R\$7.355.025,12 para a reserva legal, valor este que corresponde a 5% do Lucro Líquido.

### (b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Cálculo da reserva legal:

(1) Lucro Líquido: R\$147.100.502,45

(2) Percentual: 5,0%

(3) Reserva legal (1) x (2) = R\$7.355.025,12.

## 9 Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: (a) descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos; (b) informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; (c) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; (d) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; e (e) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável, tendo em vista que as ações preferenciais de emissão da Companhia não conferem direito a dividendos fixos ou mínimos.

## 10 Em relação ao dividendo obrigatório:

### (a) Descrever a forma de cálculo prevista no Estatuto Social

Nos termos do artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório não cumulativo correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme definido no artigo 191 da Lei das Sociedades por Ações, diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.

### (b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

### (c) Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

## 11 Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia: (a) informar o montante da retenção; (b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive,

**aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; e (c) justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

**12 Destinação de resultado para reserva de contingências: (a) identificar o montante destinado a reserva; (b) identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) explicar porque a perda foi considerada provável; e (d) justificar a constituição da reserva**

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de contingências.

**13 Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: (a) informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar; e (b) informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

**14 Destinação de resultado para reservas estatutárias**

**(a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Após as destinações do artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, o saldo remanescente poderá, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária com base em proposta da administração, ser destinado, total ou parcialmente, à Reserva de Investimentos de que trata o Parágrafo 2º do artigo 32 ou ser retido, total ou parcialmente, nos termos de orçamento de capital, na forma do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Os lucros não destinados na forma da lei e do Estatuto Social deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, §6º, da Lei das Sociedades por Ações.

A reserva de investimentos está prevista nos parágrafos 1º e 2º do artigo 32 do Estatuto Social, a saber:

*“Artigo 32, §1º. Após as destinações de que tratam o caput do artigo 32, o saldo remanescente poderá, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária com base em proposta da administração, ser destinado, total ou parcialmente, à Reserva de Investimentos de que trata o Parágrafo 2º abaixo ou ser retido, total ou parcialmente, nos termos de orçamento de capital, na forma do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Os lucros não destinados na forma da lei e deste Estatuto Social deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, §6º, da Lei das Sociedades por Ações.*

*§2º. A Reserva de Investimentos tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros aos acionistas ou suas antecipações. A parcela anual dos lucros líquidos destinada à Reserva de Investimento será determinada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, com base em proposta da administração, obedecendo às destinações determinadas neste artigo 32, sendo certo que a proposta ora referida levará em conta as necessidades de capitalização da Companhia e as*

*demais finalidades da Reserva de Investimentos. O limite máximo da Reserva de Investimentos será aquele estabelecido no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações. Quando a Reserva de Investimentos atingir seu limite máximo, ou sempre que a administração da Companhia entender que o saldo da Reserva de Investimentos excede o necessário para cumprir sua finalidade, a Assembleia Geral ou o Conselho de Administração, conforme o caso, poderá determinar sua aplicação total ou parcial na integralização ou aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, na forma do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações.”*

**(b) Identificar o montante destinado a reserva**

O montante global a ser destinado à Reserva de Investimentos referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 proposto pela administração da Companhia é de R\$67.298.441,57, correspondente a 46% do Lucro Líquido.

**(c) Descrever como o montante foi calculado**

Cálculo o montante destinado à Reserva de Investimentos:

**(1)** Lucro Líquido: R\$147.100.502,45

**(2)** Percentual: 45,7%

**(3)** Montante destinado à Reserva de Investimentos **(1) x (2) = R\$67.298.441,57**

**15 Retenção de lucros prevista em orçamento de capital: (a) identificar o montante da retenção; e (b) fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a retenção de lucros.

**16 Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais: a. informar o montante destinado a reserva; e b. explicar a natureza da destinação**

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

**ANEXO III – INFORMAÇÕES DA SEÇÃO 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

*(conforme artigo 13, inciso II, da Resolução da CVM nº 81/22)*

## 8.1 - Política ou prática de remuneração

**(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A Companhia não possuía uma política de remuneração vigente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Em 20 de julho de 2020, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a política de remuneração da Companhia, revisada de tempos em tempos pelo Comitê de Remuneração da Companhia ("**Política de Remuneração**"). A Companhia optou por não divulgar sua Política de Remuneração.

A Política de Remuneração estabelece as diretrizes que devem ser observadas quanto à remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) e demais funcionários da Companhia e suas controladas. Destaca-se na Política de Remuneração que: (i) o *pro labore* de qualquer Administrador da Companhia e/ou suas controladas será determinado pelo Comitê de Remuneração e (ii) o salário inicial máximo para qualquer colaborador da Companhia e/ou suas controladas será de R\$ 25 mil.

Os objetivos da Política de Remuneração são:

- (i) medir e gerenciar o desempenho individual de cada membro da administração da Companhia, suas controladas e bem como os colaboradores da Companhia e suas controladas, em linha com as estratégias e objetivos da Companhia; e
- (ii) assegurar a qualidade e comprometimento dos membros da administração da Companhia e suas controladas, bem como os colaboradores da Companhia e suas controladas, garantindo bons níveis de atração, retenção e motivação, e aumentando assim, a participação na criação de valor para o Grupo BR Partners.

Adicionalmente, a Política de Remuneração da Companhia estabelece como teto anual de remuneração total de administradores e empregados o percentual de 30% do Índice de Remuneração do ano.

**(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

**(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam**

O Conselho de Administração tem por objetivo estabelecer as políticas e diretrizes de remuneração dos Conselheiros e Diretores da Companhia, de suas controladas e dos demais funcionários do grupo econômico da Companhia, tendo por base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho de Administração e/ou pelos gestores das controladas da Companhia, conforme aplicável. O Conselho de Administração é responsável pela supervisão, implementação, operacionalização e revisão da Política de Remuneração, regendo suas atividades e funções segundo os termos e condições fixados pela legislação e regulamentação aplicáveis. Assim sendo, o Conselho de Administração deve:

- i. revisar anualmente a Política de Remuneração, visando garantir, entre outras coisas, que a política esteja compatível com a estrutura de gerenciamento de riscos, estratégia e valores da Companhia, recomendando a sua correção ou aprimoramento;

- ii. propor anualmente o montante da remuneração global dos administradores da Companhia, a ser submetido à assembleia geral ordinária, na forma do art. 152 da Lei nº 6.404/76;
- iii. avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a Política de Remuneração;
- iv. analisar a política de remuneração de administradores das controladas da Companhia em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação ao mercado, propondo os ajustes necessários; e
- v. zelar para que a Política de Remuneração e as políticas de remuneração de suas controladas esteja permanentemente compatível com a política de gestão da Companhia, com as metas e a situação financeira atual e futura da Companhia e suas controladas;

**(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual**

A remuneração dos Administradores é estabelecida de acordo com pesquisas de mercado e desempenho individual, em conformidade com o princípio de alinhamento dos interesses dos próprios administradores aos interesses da Companhia.

Indicadores de desempenho previamente acordados são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração dos administradores, basicamente estabelecidos através de metas pessoais de acordo com a escala de competências e resultados utilizada pela organização.

Além da avaliação com relação ao cumprimento de suas metas específicas, cada administrador também é avaliado em relação aos princípios adotados pela Companhia:

- i. foco estratégico;
- ii. pessoas (espírito de *partnership*, trabalho em equipe, *hard-working* e *hands-on*, desenvolvimento de talentos);
- iii. gestão por desempenho (meritocracia, empreendedorismo, excelência e foco no resultado e nos custos).

O cálculo da remuneração leva em consideração os valores de remuneração praticados pelo mercado e o nível de competitividade da Companhia e suas controladas, a qualificação profissional e a capacitação técnica do administrador.

O acompanhamento das remunerações praticadas no mercado dar-se-á por meio de pesquisa salarial em instituições do mesmo porte e com o mesmo foco de atuação das controladas da Companhia, utilizando como elemento informador para decisões internas a variação percentual da remuneração das diversas características administrativas da organização (ex. diretor, membro do conselho de administração, etc.).

**(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração**

O Conselho de Administração revisa anualmente a Política de Remuneração, recomendando, quando necessário, a sua correção ou aprimoramento.

**(c) composição da remuneração**

**(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração**

## **Diretoria**

A remuneração dos membros da Diretoria estatutária da Companhia e a remuneração dos membros da diretoria não estatutária é atualmente composta por uma remuneração fixa, bem como uma remuneração variável, sujeita ao atingimento de metas individuais e coletivas, e uma remuneração baseada em ações, conforme descrita no item 8.4 deste Formulário de Referência.

### **Remuneração fixa da Diretoria**

A remuneração fixa da Diretoria estatutária, bem como da diretoria não estatutária compreende: (i) salário ou *pro labore* base, que tem como objetivo remunerar os serviços prestados, em conformidade com as condições gerais do mercado; e (ii) benefícios gerais de assistência médica, vale refeição, vale alimentação, que tem como objetivo oferecer um pacote de benefícios atrativo, adequado às condições gerais do mercado.

### **Remuneração variável da Diretoria**

A remuneração variável da Diretoria estatutária, bem como da diretoria não estatutária compreende o pagamento de bônus aos executivos, que possui como objetivo direcionar as ações destes executivos ao cumprimento dos planos estratégicos da Companhia ou de suas controladas no curto prazo, visando atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais stakeholders da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas.

## **Conselho de Administração**

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é atualmente composta por uma remuneração fixa, bem como uma remuneração variável. A partir do exercício de 2020, a remuneração variável da Diretoria também passará a ter uma parcela de remuneração baseada em ações, em conformidade com o Plano de Ações Restritas aprovado em assembleia geral em 1º de setembro de 2020, conforme descrita no item 8.4 deste Formulário de Referência.

### **Remuneração fixa do Conselho de Administração**

A remuneração fixa do Conselho de Administração compreende o pró-labore base, que tem como objetivo remunerar os serviços prestados, em conformidade com as condições gerais do mercado.

### **Remuneração variável do Conselho de Administração**

A remuneração variável do Conselho de Administração compreende o pagamento de bônus aos membros do Conselho de Administração, que possui como objetivo direcionar as ações destes executivos ao cumprimento dos planos estratégicos da Companhia e/ou de suas controladas, visando atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais stakeholders da Companhia, segundo os resultados da Companhia.

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022</b>				
<b>% em relação à remuneração total</b>				
	<b>Salário Base</b>	<b>Remuneração Variável</b>	<b>Remuneração baseada em ações</b>	<b>Total</b>
<b>Conselho de Administração</b>	100%	0%	0%	100%

<b>Diretoria</b>	71%	29%	0%	100%
<b>Conselho Fiscal</b>	0%	0%	0%	0%

Alguns membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia foram parcialmente remunerados pela Companhia no exercício social de 2022. Tais membros também ocuparam cargos de administração nas controladas da Companhia no mesmo período e receberam uma parte de sua remuneração diretamente de tais controladas.

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021</b>				
<b>% em relação à remuneração total</b>				
	<b>Salário Base</b>	<b>Remuneração Variável</b>	<b>Remuneração baseada em ações</b>	<b>Total</b>
<b>Conselho de Administração</b>	21%	79%	0%	100%
<b>Diretoria</b>	33%	67%	0%	100%
<b>Conselho Fiscal</b>	0%	0%	0%	0%

Alguns membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia foram parcialmente remunerados pela Companhia no exercício social de 2021. Tais membros também ocuparam cargos de administração nas controladas da Companhia no mesmo período e receberam uma parte de seus pró-labore diretamente de tais controladas.

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020</b>				
<b>% em relação à remuneração total</b>				
	<b>Salário Base</b>	<b>Remuneração Variável</b>	<b>Remuneração baseada em ações</b>	<b>Total</b>
<b>Conselho de Administração</b>	28%	72%	0%	100%
<b>Diretoria</b>	44%	66%	0%	100%
<b>Conselho Fiscal</b>	0%	0%	0%	0%

Alguns membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia foram parcialmente remunerados pela Companhia no exercício social de 2020. Tais membros também ocuparam cargos de administração nas controladas da Companhia no mesmo período e receberam uma parte de seus pró-labore diretamente de tais controladas.

- **Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

O Conselho de Administração será o órgão responsável pela avaliação dos reajustes. A fim de estabelecer a remuneração dos membros da Diretoria estatutária, da diretoria não estatutária e do Conselho de Administração, são realizadas, pelo Conselho de Administração, pesquisas de mercado periódicas para avaliar se os critérios e condições relativos à remuneração oferecida são satisfatórios e se eles permitem o cumprimento dos objetivos de cada componente da remuneração

dos referidos órgãos, conforme descrito no item (i) acima. A partir desta pesquisa e com base nas políticas de remuneração e planos de incentivo da Companhia, o Conselho de Administração estabelecerá os valores da remuneração dos órgãos da Companhia e sua respectiva atualização periódica, quando julgar necessário. Adicionalmente à análise da movimentação salarial do mercado apresentada pelas pesquisas salariais e de benefícios, conforme acima descrito, os valores da remuneração da administração da Companhia poderão ser reajustados conforme índices oficiais de inflação.

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração**

**Conselho de Administração:**

Os indicadores de desempenho levados em consideração na determinação da remuneração dos membros do Conselho de Administração, tanto fixa, quanto variável, quando for o caso, são basicamente estabelecidos através do alcance das metas pessoais de acordo com a escala de competências e resultados utilizada pela organização, sendo levados em consideração os seguintes critérios: (i) foco estratégico (foco no cliente, presença e pensamento global de longo prazo); (ii) pessoas (*partnership*, trabalho em equipe, *hard-working* e *hands-on*, desenvolvimento de talentos); (iii) gestão por desempenho (meritocracia, empreendedorismo, excelência e foco no resultado e nos custos); e (iv) cumprimento de metas.

**Diretoria:**

Os indicadores de desempenho levados em consideração na determinação da remuneração dos membros da Diretoria, tanto fixa, quanto variável, quando for o caso, são basicamente estabelecidos através do alcance das metas pessoais de acordo com a escala de competências e resultados utilizada pela organização, sendo levados em consideração os seguintes critérios: (i) foco estratégico (foco no cliente, presença e pensamento global de longo prazo); (ii) pessoas (*partnership*, trabalho em equipe, *hard-working* e *hands-on*, desenvolvimento de talentos); (iii) gestão por desempenho (meritocracia, empreendedorismo, excelência e foco no resultado e nos custos); e (iv) cumprimento de metas.

**(iv) razões que justificam a composição da remuneração**

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são a busca por profissionais qualificados, incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de seus executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

**(v) membros não remunerados**

Não aplicável. Todos os administradores da Companhia recebem total ou parcialmente sua remuneração da Companhia. Os membros do Conselho de Administração e Diretores que não recebem sua remuneração fixa integralmente da Companhia, recebem-na por meio de controladas pela Companhia, nas quais também possuem posição de administradores.

**(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Com exceção dos conselheiros independentes da Companhia e do Diretor de Relação com Investidores, os demais membros da administração da Companhia recebem parcela de suas remunerações das respectivas controladas da Companhia nas quais tais membros também exercem função de administração. Para informações sobre os valores suportados pelas controladas da Companhia, ver item 8.19 deste Formulário de Referência.

**(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não aplicável. A Companhia não possui remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

## 8.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o exercício social corrente (31/12/2023) - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	6	N/A	12
Nº de membros remunerados	6	6	N/A	10
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$1.400.000,00	R\$1.600.000,00	N/A	R\$3.000.000,00
Benefícios diretos e indiretos	R\$200.000,00	R\$100.000,00	N/A	R\$300.000,00
Participação em comitês	0	0	N/A	0
Outros	0	0	N/A	0
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	N/A	0
Remuneração variável				
Bônus	0	R\$6.700.000,00	N/A	R\$6.700.000,00
Participação de resultados	0	0	N/A	0
Participação em reuniões	0	0	N/A	0
Comissões	0	0	N/A	0
Outros	0	0	N/A	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	N/A	0
<b>Pós-emprego</b>	0	0	N/A	0
<b>Cessaçã o do cargo</b>	0	0	N/A	0
<b>Baseada em ações, incluindo opções</b>	0	0	N/A	0

<b>Observação</b>	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº01/2022 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº01/2022 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº01/2022 o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
<b>Total da remuneração</b>	<b>R\$1.600.000,00</b>	<b>R\$8.400.000,00</b>	<b>N/A</b>	<b>R\$10.000.000,00</b>

<b>Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2022 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº total de membros	6	6	N/A	12
Nº de membros remunerados	6	6	N/A	10
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	R\$950.000,00	R\$ 671.493,16	N/A	R\$1.621.493,16
Benefícios diretos e indiretos	R\$ 170.240,25	R\$ 72.815,96	N/A	R\$243.056,21
Participação em comitês	0	0	N/A	0
Outros	-	-	N/A	0
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	N/A	0
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0	R\$1.100.000,00	N/A	R\$1.100.000,00

Participação de resultados	0	0	N/A	0
Participação em reuniões	0	0	N/A	0
Comissões	0	0	N/A	0
Outros	0	0	N/A	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	N/A	0
Pós-emprego	0	0	N/A	0
Cessaçãodo cargo	0	0	N/A	0
Baseada em ações, incluindo opções	0	0	N/A	0
<b>Observação</b>	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°01/2022 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°01/2022 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°01/2022 o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
<b>Total remuneração da</b>	<b>R\$1.120.240,25</b>	<b>R\$1.844.309,12</b>	<b>N/A</b>	<b>R\$2.964.549,37</b>

**Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2021 - Valores Anuais**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
--	----------------------------------	------------------------------	------------------------	--------------

Nº total de membros	6	6	N/A	12
Nº de membros remunerados	6	6	N/A	10
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	R\$1.253.666,67	R\$ 1.659.244,70	N/A	R\$2.912.911,37
Benefícios diretos e indiretos	R\$ 159.896,80	R\$ 73.636,59	N/A	R\$233.533,39
Participação em comitês	0	0	N/A	0
Outros	-	-	N/A	0
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	N/A	0
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0	R\$2.200.000,00	N/A	R\$2.200.000,00
Participação de resultados	0	0	N/A	0
Participação em reuniões	0	0	N/A	0
Comissões	0	0	N/A	0
Outros	0	0	N/A	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	N/A	0
<b>Pós-emprego</b>	0	0	N/A	0
<b>Cessaçã o do cargo</b>	0	0	N/A	0
<b>Baseada em ações, incluindo opções</b>	0	0	N/A	0

<b>Observação</b>	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°01/2022 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°01/2022 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°01/2022 o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
<b>Total da remuneração</b>	<b>R\$1.413.563,47</b>	<b>R\$3.932.881,29</b>	<b>N/A</b>	<b>R\$5.346.444,76</b>

<b>Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº total de membros	4,1666	4,75	N/A	8,917
Nº de membros remunerados	1,333	1,75	N/A	3,08
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	R\$ 610.000,00	R\$ 710.000,00	N/A	R\$1.320.000,00
Benefícios diretos e indiretos	R\$73.429,36	R\$31.301,93	N/A	R\$104.731,29
Participação em comitês	0	0	N/A	0
Outros	-	-	N/A	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	N/A	0
<b>Remuneração variável</b>				

Bônus	R\$0,00	R\$750.000,00	N/A	R\$750.000,00
Participação de resultados	0	0	N/A	0
Participação em reuniões	0	0	N/A	0
Comissões	0	0	N/A	0
Outros	0	0	N/A	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	N/A	0
Pós-emprego	0	0	N/A	0
Cessaçã do cargo	0	0	N/A	0
Baseada em ações, incluindo opções	0	0	N/A	0
<b>Observação</b>	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº01/2022 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº01/2022 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº01/2022 o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
<b>Total da remuneração</b>	<b>R\$683.429,36</b>	<b>R\$1.491.301,93</b>	<b>N/A</b>	<b>R\$2.174.731,29</b>

### 8.3 - Remuneração variável por órgão

Prevista para 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	6	6	N/A	12
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	4	N/A	4
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	R\$6.700.000,00	N/A	R\$6.700.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	R\$6.700.000,00	N/A	R\$6.700.000,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0

31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	6	6	N/A	12
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	4	N/A	4
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no	0	R\$6.700.000,00	N/A	R\$6.700.000,00

plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	R\$6.700.000,00	N/A	R\$6.700.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$1.100.000,00	N/A	R\$1.100.000,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	6	6	N/A	12
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	3	N/A	3
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$5.964.971,66	R\$5.964.971,66	N/A	R\$11.929.943,32
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	R\$5.964.971,66	R\$5.964.971,66	N/A	R\$11.929.943,32

Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$2.200.000,00	N/A	R\$2.200.000,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	4,1666	4,75	N/A	8,917
<b>Nº de membros remunerados</b>	1,333	1,75	N/A	3,08
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	R\$750.000,00	0	R\$750.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	R\$750.000,00	0	R\$750.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	R\$750.000,00	0	R\$750.000,00

<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

## **8.4 - Plano de remuneração baseado em ações**

### **(a) termos e condições gerais**

O Plano de Outorga de Ações Restritas (“**Plano de Ações Restritas**”) da Companhia tem como objeto a concessão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais de emissão da Companhia, incluindo sob a forma de certificados de depósito de ações de representativos cada um de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia (“**Units**” e “**Ações Restritas**”) aos administradores e/ou empregados da Companhia ou de outra(s) sociedade(s) sob o seu controle, que venham a ser escolhidos como pessoas elegíveis a critério exclusivo do Conselho de Administração (“**Pessoas Elegíveis**”), conforme eleitas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê para participar do Plano (“**Participantes**”).

Os objetivos do Plano de Ações Restritas são: (i) estabelecer regras para que os Participantes possam receber Ações Restritas de forma não onerosa, as quais ficarão sujeitas a restrições de negociação durante o Período de Restrição; (ii) aumentar o alinhamento a longo prazo dos interesses dos Participantes com os interesses dos acionistas, ampliando o senso de propriedade, comprometimento e geração de valor dos Participantes por meio do conceito de investimento e risco; e (iii) fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos Participantes, dentro do contexto de uma companhia aberta.

O Plano de Ações Restritas confere aos seus Participantes, a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia. Ao possibilitar que os Participantes se tornem acionistas da Companhia espera-se que estes tenham incentivos para contribuir efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, sobretudo, obtendo vantagem patrimonial mediante o crescimento. O modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores, empregados e prestadores de serviços, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

### **(b) data de aprovação e órgão responsável**

O Plano de Ações Restritas foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 1º de setembro de 2020 e é administrado pelo Conselho de Administração.

### **(c) número máximo de ações abrangidas**

Poderão ser outorgados aos Participantes, no âmbito do Plano de Ações Restritas, o direito ao recebimento de Ações Restritas representativas de, no máximo, 1,5% do total de ações em que se divide o capital social da Companhia na data de aprovação do Plano de Ações Restritas, ou seja, até 3.583.143 de ações ordinárias e/ou preferenciais, o qual poderá ser ajustado conforme o Plano de Ações Restritas em caso de desdobramento, grupamento ou conversão de ações, respeitadas as disposições da lei e da regulamentação aplicável. Com o propósito de satisfazer a outorga do direito de recebimento das Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeita à lei e à regulamentação aplicável e após a obtenção das aprovações societárias necessárias, transferirá ao Participante as ações ou Units aplicáveis por meio de operação privada.

### **(d) número máximo de opções a serem outorgadas**

Cada Ação Restrita do Plano de Ações Restritas dará o direito de aquisição ou subscrição de uma ação ordinária ou ação preferencial de emissão da Companhia, incluindo sob a forma de Units. O Plano de Ações Restritas prevê um número total de Ações Restritas representativas de, no máximo,

1,5% do total de ações em que se dividia o capital social da Companhia na data de aprovação do Plano de Ações Restritas, ou seja, 3.583.143 ações ordinárias e/ou preferenciais, o qual poderá ser ajustado conforme o Plano de Ações Restritas em caso de desdobramento, grupamento ou conversão de ações, respeitadas as disposições da lei e da regulamentação aplicável.

**(e) condições de aquisição de ações**

Anualmente, ou sempre que julgar conveniente, o Conselho de Administração poderá criar programas de outorga (“Programa”), através dos quais indicará, dentre outras condições, as Pessoas Elegíveis e a quantidade de Ações Restritas que poderão ser outorgadas às Pessoas Elegíveis.

A outorga dos direitos de recebimento das Ações Restritas ficará condicionada à celebração de contratos individuais de outorga entre a Companhia e as Pessoas Elegíveis, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas a ser recebida, o período de restrição e os demais termos e condições relacionados às Ações Restritas.

No exercício de sua competência e na administração de todas as questões ligadas ao Plano de Ações Restritas, o Conselho de Administração e o Comitê estarão sujeitos apenas aos limites estabelecidos em lei e na regulamentação e aos termos do próprio Plano de Ações Restritas, podendo tratar de maneira diferenciada os Participantes que se encontrem em situação similar e dispensar a observância de condições e requisitos impostos, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos os Participantes as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns Participantes, a seu exclusivo critério, ainda que dentro de um mesmo Programa.

**(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

A concessão das Ações Restritas será realizada a título não oneroso aos Participantes, sem qualquer contrapartida financeira, desde que observados os termos e condições do Plano de Ações Restritas e as regras contidas em cada contrato individual de outorga.

**(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício**

O Plano de Ações Restritas prevê um período de carência de escalonado de 3 (três) anos data de assinatura do respectivo contrato individual de outorga entre a Companhia e o Participante, adquirindo o Participante o direito de tornar-se titular de 1/3 (um terço) das Ações Restritas a cada aniversário (a partir do 1º aniversário) da data de assinatura do respectivo contrato individual de outorga entre a Companhia e o Participante, ficando a Companhia obrigada a transferir ao Participante as Ações Restritas aplicáveis em cada data de aniversário do contrato individual de outorga entre a Companhia e o Participante, conforme condições aprovadas pelo Conselho de Administração ou Comitê e estabelecidas em cada contrato individual de outorga.

O Conselho de Administração ou o Comitê poderão, ainda, fixar os termos e condições para o efetivo recebimento das Ações Restritas, além de determinação as características dos contratos individuais de outorga.

**(h) forma de liquidação**

Para os contratos individuais de outorga, uma vez satisfeitas as condições de prazo neles estabelecida, e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia transferirá para o nome do Participante as respectivas Ações Restritas, por termo

lavrado no Livro de Transferência de Ações Nominativas da Companhia, sem custo para o Participante.

**(i) restrições à transferência das ações**

O Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Participante dessas mesmas Ações Restritas.

**(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

O Plano de Ações Restritas tem prazo indeterminado de vigência e, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

O Conselho de Administração ou Comitê, no interesse da Companhia e de seus acionistas poderão, ainda, suspender o Plano de Ações Restritas ou rever suas condições, desde que não alterem os respectivos princípios básicos, especialmente quanto ao número máximo de Ações Restritas aprovados pela Assembleia Geral.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano de Ações Restritas venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das Ações Restritas outorgadas, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, evitando distorções na aplicação do Plano de Ações Restritas.

Além disso, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano de Ações Restritas.

**(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

O Plano de Ações Restritas não prevê os efeitos da saída do Participante sobre os direitos de recebimento de Ações Restritas a ele outorgadas, os quais deverão ser estabelecidos pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, por ocasião da aprovação dos Programas ou da celebração dos contratos individuais de outorga com os Participantes.

### **8.5 - Remuneração baseada em ações (opções de compra de ações)**

A Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações para seus administradores e colaboradores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e não possui previsão para o exercício social corrente.

Em 1º de setembro de 2020, a Companhia aprovou um Plano de Ações Restritas, porém nenhuma outorga havia sido realizada sob o Plano até a data deste Formulário de Referência.

## **8.6 - Outorga de opções de compra de ações**

A Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações para seus administradores e colaboradores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e não possui previsão de entrega para o exercício corrente.

Em 1º de setembro de 2020, a Companhia aprovou um Plano de Ações Restritas, porém nenhuma outorga havia sido realizada sob o Plano até a data deste Formulário de Referência.

### **8.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

A Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações para seus administradores e colaboradores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e não possui previsão de entrega para o exercício corrente.

Em 1º de setembro de 2020, a Companhia aprovou um Plano de Ações Restritas, porém nenhuma outorga havia sido realizada sob o Plano até a data deste Formulário de Referência.

### **8.8 - Opções exercidas e ações entregues**

A Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações para seus administradores e colaboradores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Em 1º de setembro de 2020, a Companhia aprovou um Plano de Ações Restritas, porém nenhuma outorga havia sido realizada sob o Plano até a data deste Formulário de Referência.

### **8.9 - Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários**

A Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações para seus administradores e colaboradores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Em 1º de setembro de 2020, a Companhia aprovou um Plano de Ações Restritas, porém nenhuma outorga havia sido realizada sob o Plano até a data deste Formulário de Referência.

### **8.10 - Outorga de ações**

A Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações para seus administradores e colaboradores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Em 1º de setembro de 2020, a Companhia aprovou um Plano de Ações Restritas, porém nenhuma outorga havia sido realizada sob o Plano até a data deste Formulário de Referência.

### **8.11 - Ações entregues**

A Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações para seus administradores e colaboradores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Em 1º de setembro de 2020, a Companhia aprovou um Plano de Ações Restritas, porém nenhuma outorga havia sido realizada sob o Plano até a data deste Formulário de Referência.

### **8.12 - Precificação das ações/opções**

A Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações para seus administradores e colaboradores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Em 1º de setembro de 2020, a Companhia aprovou um Plano de Ações Restritas, porém nenhuma outorga havia sido realizada sob o Plano até a data deste Formulário de Referência.

### 8.13 - Participações detidas por órgão

A tabela abaixo contém a participação consolidada em ações emitidas pela BR Partners Holdco Participações S.A., controladora da Companhia, por membros do conselho de administração e da diretoria estatutária em 31 de dezembro de 2022:

Órgão	Ações da BR Partners Holdco Participações S.A.	
	Qtd.	%
Conselho de Administração <sup>(1)</sup>	2.953.866.627	18,15
Diretoria <sup>(2)</sup>	10.543.695.564	64,79

<sup>(1)</sup> Exclui participações detidas por Conselheiros que também são Diretores da Companhia.

<sup>(2)</sup> Inclui participações detidas por Diretores que também são Conselheiros da Companhia.

Os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária da Companhia não possuíam quaisquer outras ações ou cotas outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas emitidas pela Companhia, por sociedades controladas ou sob seu controle comum da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

#### **8.14 - Planos de previdência**

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários.

**8.15 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

Valores anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
<b>Nº total de membros</b>	6	6	4,75	5,83	5,83	4,1666	N/A	N/A	N/A
<b>Nº de membros remunerados</b>	6	6	1,75	6	6	1,333	N/A	N/A	N/A
<b>Valor da maior remuneração (Reais)</b>	R\$1.546.493,16	R\$1.412.881,29	R\$1.491.301,93	R\$360.000,00	R\$360.000,00	R\$683.429,36	N/A	N/A	N/A
<b>Valor da menor remuneração (Reais)</b>	R\$380.000,00	R\$240.000,00	0	R\$80.000,00	R\$300.000,00	0	N/A	N/A	N/A
<b>Valor médio da remuneração (Reais)</b>	R\$732.205,81	R\$655.480,22	R\$852.172,53	R\$158.333,33	R\$235.593,91	R\$512.700,19	N/A	N/A	N/A

**Diretoria Estatutária**

<b>31/12/2022</b>	Apenas 1 (um) membro da Diretoria da Companhia recebeu remuneração exclusivamente da Companhia. Os demais diretores, por também possuírem posições de administradores nas controladas da Companhia, receberam uma parte de seu pro-labore por meio da Companhia e uma parte por meio de tais controladas.
<b>31/12/2021</b>	N.A.
<b>31/12/2020</b>	Apenas 1 (um) membro da Diretoria da Companhia recebeu remuneração a partir do mês de julho de 2020 (inclusive). Os demais diretores receberam suas respectivas remunerações apenas a partir do mês de outubro de 2020 (inclusive).
<b>31/12/2019</b>	Como todos os membros da Diretoria da Companhia eram também diretores em controladas da Companhia, nenhuma remuneração ou pro-labore era pago a tais diretores pela Companhia, apenas por referidas controladas.
<b>Conselho de Administração</b>	
<b>31/12/2022</b>	1 (um) membro do Conselho de Administração recebeu remuneração a partir do mês de março de 2022. Os Conselheiros Independentes da Companhia receberam sua remuneração exclusivamente da Companhia. Os demais Conselheiros, por também possuírem posições de administradores nas controladas da Companhia, receberam uma parte de seu pro-labore por meio da Companhia e uma parte por meio de tais controladas.
<b>31/12/2021</b>	1 (um) membro do Conselho de Administração recebeu remuneração nos 4 (quatro) primeiros meses de 2021 e 1 (um) membro do Conselho de Administração recebeu remuneração a partir do mês de julho de 2021. Os Conselheiros Independentes da Companhia receberam sua remuneração exclusivamente da Companhia. Os demais Conselheiros, por também possuírem posições de administradores nas controladas da Companhia, receberam uma parte de seu pro-labore por meio da Companhia e uma parte por meio de tais controladas.
<b>31/12/2020</b>	Os Conselheiros Independentes da Companhia receberam sua remuneração exclusivamente da Companhia. Os demais Conselheiros, por também possuírem posições de administradores nas controladas da Companhia, receberam uma parte de seu pro-labore por meio da Companhia e uma parte por meio de tais controladas.
<b>31/12/2019</b>	Apenas o conselheiro indicado pelo acionista titular das ações preferenciais da Companhia recebia um pró-labore de R\$5 mil ao mês, acrescidos dos encargos incidentes sobre a remuneração, conforme indicado no item 13.2. Desta forma, a remuneração máxima, mínima e média dos membros remunerados apresentadas no quadro acima se referem aos valores pagos a tal conselheiro. Os demais membros do Conselho de Administração eram diretores de outras empresas do grupo da Companhia, sendo remunerados apenas por referidas controladas.
<b>Conselho Fiscal</b>	
<b>31/12/2022</b>	N/A
<b>31/12/2021</b>	N/A
<b>31/12/2020</b>	N/A
<b>31/12/2019</b>	N/A

#### **8.16 - Mecanismos de remuneração / indenização**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

### 8.17 - Percentual de partes relacionadas na remuneração

A tabela abaixo apresenta o percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores nos três últimos exercícios sociais e a previsão para o exercício social corrente:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2023	2022	2021	2020
<b>Conselho de Administração</b>	50%	50%	50%	66%
<b>Diretoria</b>	100%	100%	100%	100%
<b>Conselho Fiscal</b>	N/A	N/A	N/A	N/A

### **8.18 - Remuneração - Outras funções**

Não foram reconhecidos e, para o exercício social corrente, não há previsão de reconhecimento de valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.

### 8.19 - Remuneração reconhecida do controlador/controlada

A tabela abaixo apresenta a remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia nos três últimos exercícios sociais e a previsão para o exercício social corrente:

<b>Previsão do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023 (em R\$ mil)</b>				
<b>Remuneração recebida em função de exercício de cargo na administração de controladas</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Controladores diretos e indiretos</b>	0	0	N/A	0
<b>Controladas</b>	6.080	15.540	N/A	21.620
<b>Sociedades sob controle comum</b>	0	0	N/A	0

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (em R\$ mil)</b>				
<b>Remuneração recebida em função de exercício de cargo na administração de controladas</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Controladores diretos e indiretos</b>	0	0	N/A	0
<b>Controladas</b>	4.630	9.295	N/A	13.925
<b>Sociedades sob controle comum</b>	0	0	N/A	0

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (em R\$ mil)</b>				
<b>Remuneração recebida em função de exercício de cargo na administração de controladas</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Controladores diretos e indiretos</b>	0	0	N/A	0
<b>Controladas</b>	2.400	4.640	N/A	7.040

<b>Sociedades sob controle comum</b>	0	0	N/A	0
--------------------------------------	---	---	-----	---

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (em R\$ mil)**  
**Remuneração recebida em função de exercício de cargo na administração de controladas**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Controladores diretos e indiretos</b>	0	0	N/A	0
<b>Controladas</b>	120	330	N/A	450
<b>Sociedades sob controle comum</b>	0	0	N/A	0

## **8.20 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 8.